

O conflito identitário: sexo e gênero na constituição das identidades* 8

Sergio Gomes da Silva**

RESUMO

Nos últimos anos, cada vez mais temos visto pesquisas que vêm tentando apontar o predomínio do dado biológico na determinação de nossa sexualidade. Ao mesmo tempo, após o advento do movimento feminista e dos “estudos de gênero”, hoje verifica-se a procura de hegemonia frente as subjetividades masculinas e femininas, tentando descrever homens e mulheres a partir dos conceitos de sexo e gênero. No nosso entender, descrições de sujeito como esta tem promovido em alguns indivíduos um “conflito identitário” de tal modo, que este já não seria capaz de descrever a si mesmo, face a pluralidade identitária que o conceito de identidade de gênero e sexual dispõe. Assim, objetivamos neste trabalho, verificar como se desenvolveram estes conceitos, quais as interrelações com aquilo que

* Centro de Educação do Campus da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB.
** Psicólogo.

Recebido em 17.02.99

Aprovado em 10.03.99

Stoller denominou de “núcleo de identidade de gênero”, e quais contribuições podemos apontar para a resolução do conflito identitário na contemporaneidade.

Parece natural pensarmos que a identidade biológica e a identidade de gênero estão relacionadas, sendo a masculinidade no homem e a feminilidade na mulher um destino. Perguntamos, então, se isso não sugere um esquema válido para todos os homens e para todas as mulheres, e se este esquema não seja válido para a identidade sexual, conforme apontam recentes descobertas no campo da sexualidade humana.

Ilustremos com o caso do americano John, cujo sobrenome foi mantido em sigilo. Trata-se de um homem que aos oito meses de vida, em 1963, teve a maior parte do seu pênis decepado numa circuncisão mal-feita. Por acreditar que, no futuro, ele não poderia ter uma vida normal como homem, os médicos convenceram seus pais a educá-lo como uma menina. John foi castrado e os médicos criaram uma vagina no lugar do pênis mutilado, e seu nome foi mudado para Joan. Na infância, ganhou bonecas, usou vestidos e, aos 12 anos, passou a receber hormônios femininos para desenvolver seios. Acompanhado por pediatras da John Hopkins, uma respeitada escola médica, John/Joan foi considerado uma “nienina normal” e entrou na literatura científica como prova de que o **ambiente**, e não os **cromossomos**, tem preponderância na definição de preferências sexuais. Este estudo foi publicado pela *Archives of Pediatric and Adolescent Medicine* no início de março de 1997 e dá uma nova versão para o caso, afirmando que a mudança de sexo foi um fracasso. Na infância, John rasgava seus vestidos, preferia armas de brinquedo a bonecas e insistia em urinar de pé. Quando ficou mais velho, era rejeitado pelos colegas em virtude dos trejeitos masculinos. “Eu *me achava desajustado*”, relatou John aos cientistas que o entrevistaram. Aos 14 anos, à beira de uma tentativa de suicídio, ele finalmente soube a verdade. Passou por uma nova cirurgia para reimplantar o pênis mutilado, e outra para retirar os seios. Está casado desde 1988 e tem três filhos adotivos.¹

Quem era John? Um homem em sua essência ou uma “mulher acidental”? O que o(a) fazia homem ou mulher? Seus caracteres anatômicos e físicos, sua herança genética ou cromossômica, ou suas atitudes sócio e culturalmente definidas como femininas, reforçadas pela cirurgia plástica que sofreu? Como se constitui, enfim, sua identidade sexual?

1. Conforme TRAUMANN. Thomas. Revista VEJA, 26 de março de 1997. p 69.

O caso de John/Joan/John poderia servir de um bom exemplo para assegurar a dominância do sexo biológico sobre a identidade de gênero e sexual?

Mas se John tivesse mantido sua anatomia feminina, desenvolvesse uma identidade de gênero masculina e fizesse uma escolha afetiva heterossexual (casando-se com um homem) - ele poderia ser considerado homossexual? Ou ainda, se ele se mantivesse como fêmea, adaptando-se ao gênero feminino e fizesse uma escolha afetiva e sexual homossexual (casando-se com uma mulher), novamente ele seria homo ou heterossexual? O que vai definir, então, a sua identidade como sendo masculina ou feminina, ou como sendo hetero, homo ou bissexual?

Do nosso ponto de vista, dificuldades em se dar descrições sobre si ou sobre o outro tornam-se problemáticas na medida em que também se tornam problemáticas as noções de identidade de gênero e sexual, e bem ou mal, a ciência, e sobretudo as ciências biológicas, tentam afirmar a influência do dado biológico sobre o dado cultural, social e comportamental, encerrando o discurso e impedindo as problemáticas decorrentes deste pensamento.

Para Costa (1989), “em termos puramente descritivos, a identidade é tudo que se vivencia (sente, enuncia) como sendo eu, por ocasião àquilo que se percebe ou anuncia como não-eu (aquilo que é meu; aquilo que é outro).” O autor ainda vai afirmar que “a identidade não é uma experiência uniforme, pois é formulada por sistema de representações diversos. Cada um destes sistemas corresponde ao modo como o sujeito se atrela ao universo sócio-cultural. Existe assim, uma identidade social, étnica, religiosa, de classe; profissional, sexual [acréscimo meu] etc.” E enfatiza: “estas diversas representações do sujeito possuem regras de formação e manutenção, baseadas em normas que o orientam no cumprimento e julgamento do seu desempenho identificatório” (p. 22).

Para este mesmo autor, o conflito identitário dar-se-ia apenas quando “o processo ou desempenho identificatório forem atravancados por contradições internas a um sistema ou por incompatibilidade entre sistemas diversos, nascendo o conflito subjetivo. O sujeito não consegue realizar as exigências da norma identificatória e pode vir a sofrer psicologicamente, julgando seu desempenho como fora do normal, abaixo do normal ou anormal. O conflito identitário possui, assim, a importante propriedade de ser vivido e interpretado como desvio da normalidade” (Costa, 1989, p. 22).

Portanto, a identidade de gênero e sexual, sugere um destino sem escolha ou renúncia, imposto e cobrado direta ou indiretamente pela sociedade em que vivemos, estabelecendo o poder normativo da masculin-

nidade nos homens e da feminilidade nas mulheres. Na lógica classificatória das identidades de gênero e sexual em nossa cultura burguesa, capitalista, ocidental e patriarcalista, é sobretudo a heterossexual idade que ocupa, em ambos os sexos, o lugar de representante de sua essência identitária. Quem não se enquadra nesses padrões, ou muda seus desejos afetivos e sexuais, ou paga um alto preço em seu sofrimento psíquico, cede do conflito identitário.

“Uma vez internalizados como universais, as normas de identidade psicológica não se deixam relativizar facilmente. A coerção que esta identidade exerce é sentida como natural e o desvio sentido como doença. Um bom exemplo deste fato é a moderna construção da identidade psicológica masculina, fundada basicamente na heterossexualidade. O homossexual masculino, em nossa cultura, dificilmente deixa de se ver e ser visto como doente, tal é a força com que as instituições sociais fixaram a identidade psicológica na diferença sexual de gênero. O homem de hoje sente que a maneira natural de existir tem como princípio o desejo e o comportamento heterossexuais. A homossexualidade é vista como aberração e doença. (...) Todos os dados históricos e etnológicos que possuímos mostram cabalmente a preponderância da heterossexualidade na composição dos papéis masculinos e femininos” (Costa, 1989, p. 22-23).

Nesse jogo de camas marcadas, onde o destino imposto é aquele “naturalmente” aprendido, dispersamo-nos ao tentar responder de fato “quem somos nós?”. Geralmente, nos perdemos em nosso próprio vocabulário, somos reduzido a um conjunto de gens, a um conjunto de traços que nos qualifica, ou sucumbimos à divisão histórica que fez parecer natural compreender homens e mulheres como hetero, homo ou bissexuais.

“No momento em que desejamos dizer *quem* alguém é, nosso próprio vocabulário nos induz ao equívoco de dizer *o que* esse alguém é; enleamos-nos numa *descrição de qualidades* que a pessoa necessariamente partilha com outras que lhe são semelhantes, passamos a *descrever um tipo ou personagem*, na antiga acepção da palavra, e acabamos perdendo de vista o que ela tem de *singular e específico*. Há grande semelhança entre esta frustração e a notória impossibilidade filosófica de se chegar a uma definição do homem, uma vez que todas as definições são determinações ou interpretações do que o homem é, e portanto, de qualidade que ela possa ter em comum com outros seres vivos, enquanto sua diferença específica teria de ser encontrada determinando-se que tipo de “quem” ele é (grifos da autora)” (Arendt, 1981, p. 194).

Ao cruzarmos as fronteiras que separa o domínio biológico (onde encerra em si mesmo o debate entre as diferenças entre os sexos) do domínio social, é este um momento de reflexão e análise, para verificarmos com mais detalhe a constituição de nossas identidades de gênero e sexual.

1. IDENTIDADE DE GÊNERO

Como aprendemos a defini-lo, gênero só existem dois: masculino e feminino.

Entendemos por identidade de gênero o conjunto de traços construídos na esfera social e cultural por uma dada sociedade, que definem conseqüentemente, quais os gestos, os comportamentos, as atitudes, os modos de se vestir, falar e agir, de forma semelhante para homens e mulheres. As identidades de gênero tendem a estar em consonância com o sexo biológico do sujeito, porém, não são estruturas fixas, encerradas em si mesmas; pelo contrário, podem e estão continuamente se renovando, em ebulição e a cada momento podem ser novamente moldadas de outras formas. Elas também são impostas pelo processo de socialização, que impede construções singulares. Apesar de não ser uma condição para a formação das identidades sexuais, elas estão intimamente ligadas a escolha afetiva e sexual do sujeito. Nós podemos encontrar sujeitos masculinos ou femininos, que não necessariamente pertencem ao seu sexo biológico, e que podem fazer uma escolha afetiva e sexual do sexo oposto ao seu².

Para Robert Stoller, psicanalista e especialista em transexualidade, a resposta para nossa pergunta, formulada no início deste artigo, é bastante complexa. Para esse autor, faz-se necessário que se distinga o sexo, o gênero e o núcleo da identidade de gênero para que possamos compreender a constituição de nossa identidade sexual e de gênero.

2. Um programa de televisão (SBT - Repórter - 1998) pode ilustrar nossos argumentos, ao mostrar um casal bastante incomum para os padrões normativos de nossa sociedade. O sujeito "biologicamente masculino" trata-se de um travesti (possuindo traços, atitudes e comportamentos femininos - portanto, do gênero feminino). O sujeito "biologicamente feminino" trata-se de uma homossexual feminina (lésbica) e comporta-se como um homem (possuindo traços, atitudes e comportamentos masculinos - portanto, do gênero masculino). Ambos, felizes com a escolha que fizeram, diziam-se apaixonados, e segundo suas próprias palavras, haviam "encontrado o homem e a mulher de sua vida". O casal desejava ter um filho.

Stoller (1993), define primeiramente identidade de gênero como “uma mescla de masculinidade e feminilidade em um indivíduo, significando que tanto a masculinidade como a feminilidade são encontradas em todas as pessoas, mas em formas e graus diferentes. Isso não é igual à qualidade de ser homem ou mulher, que tem conotação com a biologia: a identidade de gênero encerra um comportamento psicologicamente motivado” (p. 28).

Ele vê ainda uma relação direta entre a **qualidade** de ser homem com a masculinidade, assim como a **qualidade** de ser mulher com a feminilidade, porém, discorda que o sexo (condição de ser macho ou fêmea) e o gênero estejam diretamente relacionados. Assim, ele define masculinidade e feminilidade (identidades de gênero) como **qualquer qualidade que é sentida por quem a possui, um conjunto de convicções obtidas através dos pais, especialmente na infância**, sendo que estas convicções/atitudes são semelhantes àquelas mantidas pela sociedade (Stoller, 1993).

Seus estudos com transexualidade possibilitou estabelecer uma relação direta entre identidade de gênero e identidade sexual, a partir do que ele denominou identidade de gênero nuclear, ou seja, “uma convicção de que a designação do sexo da pessoa foi anatômica e psicologicamente correta” (Stoller, 1993, p. 29).

A identidade de gênero nuclear resulta, pois, (a) de uma força biológica originada na vida fetal (comumente genética em sua origem) e compreende os cromossomos masculinos (XY) e femininos (XX); (b) da designação do sexo do bebê, que por sua vez é resultante da observação direta dos genitais externos deste (pênis e vagina); (c) da influência das atitudes do pai e da mãe e da interpretação destas percepções por parte do bebê, que em nossa compreensão, adequamos chamar esse terceiro estágio de processo de socialização, na qual a criança passa a internalizar regras culturais; (d) de fenômenos bio-psíquicos (efeitos pós-natais) precoces, causados por padrões habituais de manejo com o bebê³, e, por último, (e) do desenvolvimento do ego corporal, ou seja, qualidades e quantidades de sensações pelas quais o indivíduo passa, sobretudo nos genitais, que definem o físico e ajudam a definir as dimensões psíquicas do sexo da pessoa, a qual, no nosso entender, refere-se ao processo de identificação da criança com o genitor do mesmo sexo, proposto por Freud como uma das propriedades do complexo de Édipo.

3. O autor enfatiza esta parte do esquema, relacionando-o com o processo de socialização e distinguindo-o dos processos mentais, tais como a ansiedade de castração.

Para Stoller, a palavra sexo refere-se a uma **condição de distinção entre as espécies**, ou seja, remete-se a um **domínio biológico** (macho ou fêmea); necessário se fez, portanto, que analisemos os cromossomos (XY/XX), os órgãos genitais externos e internos (pênis/vagina), as gônadas (sexuais) secundárias (testículos e ovários), para se chegar a definição da identidade biológica do sujeito. Até aqui, à exceção de alguma “falha” cromossômica durante o processo de fecundação, que impossibilite atestar com exatidão o sexo, a identidade biológica não traz tanta dificuldade quanto à sua constituição.

Por outro lado, a identidade de gênero começa com a **percepção** de que se pertence a um sexo e não a outro. Esta percepção será dada inicialmente pelo processo de socialização enfatizado pelos pais, posteriormente pelos amigos e por aquilo que a cultura vai definir como papéis masculinos e femininos. Já o núcleo da identidade de gênero dá a **convicção** de que a atribuição de seu sexo foi correta. Ela impõe-se antes dos dois anos de idade, e vai persistir até a idade adulta, quando a escolha do objeto sexual do sujeito estará mais ou menos definida. Entendemos, portanto, a identidade sexual como aquilo que Stoller compreende como sendo o núcleo da identidade de gênero do sujeito.

Stoller (1993) admite ainda uma motivação na construção das identidades de gênero, geralmente começando por incentivos dos pais da criança, e posteriormente pelo próprio processo de socialização.

Se a fecundação vai ser apanágio da formação ou constituição da identidade biológica do indivíduo, será a socialização, resultado da união entre história do indivíduo, cultura em que está inserido e sociedade a que pertence, responsáveis pela constituição da identidade de gênero.

Assim, o processo de socialização tem início ao nascermos, cuja forma de nos vestirmos, jogos e brincadeiras, e todos os mecanismos lingüísticos dispostos a diferenciar meninos de meninas, como nome próprio, substantivos, adjetivos, artigos, pronomes, entre outros, remeter-se-ão ao gênero a que pertencemos. O pertencimento a um sexo biológico e a conseqüente definição do gênero introduz o sujeito no processo de socialização.

“Tudo começa no nascimento quando o médico declara qual é o sexo da criança, e que esta é registrada no estado civil. Os pais e a sociedade consideram-na então como um menino ou uma menina. Não é por causa de qualquer força inata que o bebê saberá que é do sexo macho (ou fêmea) e que se tornará masculino (ou feminino). Os pais ensinam, e da mesma forma poderiam lhe ensinar uma outra coisa. Logo ao saber que têm um menino (ou menina), eles iniciam um processo que em função do que eles consideram ser a masculinidade (ou feminilidade), fará com que

encorajem certos comportamentos, enquanto outros serão desestimulados. Escolha do nome, estilo de roupas, maneira de carregar a criança, tipos de jogos, etc., constituem a maior parte da “formação” (*training*) da criança para o desenvolvimento de sua identidade de gênero. Na maioria dos casos, o que nossa sociedade considera ser a masculinidade (*e feminilidade*) se vê encorajado e, lá pelo fim do primeiro ano, a conduta do menino (*e da menina*) tem uma característica distintamente masculina (ou *feminine*) [acréscimos *news*]. (...) As raízes da masculinidade ou da feminilidade, são portanto, o resultado do comportamento dos pais e não expressão de um instinto qualquer” (Badinter, 1986, p. 255-256).

Oliveira (1983) também concorda que os pais são agentes decisivos de socialização na incorporação dos “papéis sexuais” masculinos e femininos estipulados em nossa vida, perpetuando crenças estereotipadas do que vem a ser homem e mulher.

Mas, vale lembrar, que essa construção do conceito de masculinidade e feminilidade não é tão recente assim, pois segundo Spencer (1996) “desde 1700, tem havido uma crescente necessidade de redefinir os termos “masculino” e “feminino” como possuidores de qualidades que opõe um a outro. Nossas atuais expectativas de macho e fêmea vêm do período em que o macho era o agressor e a fêmea, uma dócil receptora. Esses estereótipos são usados para julgar pessoas e formam a base para leis primitivas. Vivemos hoje numa época em que o molde dos esterótipos foi rachado, e, embora não tenham se despedaçado, podemos ver, através das rachaduras, que os gêneros são, na verdade, nebulosos. Por causa disso, os estereótipos de macho e fêmea estão vinculados a uma crescente histeria. A sociedade está num estado de fermentação, na exploração de uma nova noção de gênero - e não parece saber que caminho tomar” (p. 382).

Neste sentido os movimentos sociais desencadeados na década de 60 vão demarcar as fronteiras entre os gêneros, quebrando o poder hegemônico das classes concebidas como maioria (no caso dos homossexuais, os heterossexuais; no caso dos negros, os brancos e no caso das mulheres, os homens).

Foram os estudos de gênero que passaram a criticar o modelo vigente de repressão sexual na maioria dos países ocidentais capitalistas e que reivindicava direitos de igualdade para minimizar as diferenças entre os sexos, criando e difundindo no imaginário social, uma descrição das subjetividades masculinas e femininas, a partir do conceito de gênero.

Segundo Rodrigues Jr. (1996), a identidade de gênero engloba o status de homem ou mulher, masculino ou feminino (ou misto) no critério de premissas pessoais, sociais e legais, incluindo a preferência sexual. Ela prende, de certa forma, tanto o homem quanto a mulher a uma série de ca-

racterísticas inerentes à sua masculinidade ou feminilidade, onde qualquer desvio será sumariamente mal -interpretado.

Diferentemente da nossa cultura, que condena a inversão de gênero em consonância com nossa identidade biológica ou sexual, estudos etnográficos verificaram que nem sempre esse **fechamento identitário** é tão rigoroso assim.

Grémaux (1995), por exemplo, relata o caso de quatro mulheres (Mikas, Tonê, Stana e Durgjan) chamadas **“virgens juradas” masculinizadas**, encontradas entre os albaneses do norte, os montenegrinos e alguns grupos étnicos dos Balcãs ocidentais no início deste século. Localizadas onde hoje fica a fronteira entre a Iugoslávia e a Albânia, essas mulheres desfrutavam, até certa medida, do reconhecimento público da sociedade como se fossem homens.

Algumas dessas, nem mesmo lembravam do seu devir feminino e por conta da cultura em que viviam, foram “obrigadas” a viver o resto de suas vidas como se fossem verdadeiros homens. Em uma cultura onde a figura masculina é prestigiada, e o nascimento de um homem é orgulho para a família, a necessidade de honrá-la para essas mulheres se sobrepõe às suas necessidade femininas, fazendo com que passassem a desempenhar o papel do “homem da casa” nas vilas onde moravam. Em nenhum momento, porém, era aceito o contato íntimo entre as virgens com um homem, e nem muito menos com uma mulher. Fato este que seria uma desgraça. Necessitando de se comportarem como homens, para honrar a família, enquanto “papel social”, elas “apagaram” seus desejos afetivos e sexuais e passaram a viver de acordo com sua tradição.

A masculinidade e a feminilidade, para esta sociedade, não será uma preocupação a ser problematizada. Diferentemente das sociedades modernas ou pós-modernas, onde a “noção de hierarquia dá lugar à de igualdade e liberdade como fundamento das relações sociais” (Bezerra Jr., 1982, p. 58), porém, recrudescer cada vez mais o poder individualizador do sujeito, quando este é tomado como fora da norma, enfatizando-se, assim, o “narcisismo das pequenas diferenças”.⁴

4. O “narcisismo das pequenas diferenças” foi um termo criado por Freud n’O Mal-Estar na Civilização (1929[1930]), e refere-se às pulsões de agressividade dirigida a minorias. Segundo Ropa (1994) ere designa uma idéia de pertencimento e exclusão e um determinado grupo ou comunidade. O grupo tende a afirmar uma unidade em confronto e oposição a outros grupos, cria-se um mito de superioridade, um fechamento identitário do “nós” diante dos “outros”. Aliado a isso, temos a intolerância e a crueldade contra indivíduos, concebidos como estranhos, diferentes. que não se adequam às normas estabelecidas por uma “pretensa maioria”. Assim, passamos a discriminar indivíduos a partir de uma particularidade física. genética, identitária, sexual, social entre tantas outras. Sugerimos ao leitor, para uma maior ampliação do conceito, os trabalhos de Kehl (1996), Costa (1992. 1995), Ropa (1994), Silva (1997).

As sociedades pós-modernas trouxeram consigo um verdadeiro caldeirão de raças, crenças, religião e culturas diversas, marcadas heemonicamente pela necessidade de afirmação de alguma identidade que individualizasse o sujeito, mas ao mesmo tempo, o tornasse semelhante entre seus pares. É assim que instrumentos reforçadores das identidades de gênero agem em países de culturas semelhantes, da mesma forma como as identidades sexuais. Vejamos então algumas breves considerações acerca da sua constituição.

2. IDENTIDADE SEXUAL

O sexo anatômico introduz o sujeito em dois campos nitidamente distintos: o universo social e o universo sexual. Em ambos, a anatomia, portanto, o corpo, vai ser tomado como parte da constituição da identidade sexual do sujeito.

A anatomia do corpo divide os seres humanos em tipos físicos distintos quanto à sua genitalidade; estabelece-se no meio sócio-cultural, inclusive, qual a imagem de homem e qual a imagem de mulher que se deve tomar como realidade única possível. Fora dos padrões estabelecidos, hoje, assim como ontem, estariam os “andrógenos”, um misto de “nem homem, nem mulher”, mas um tipo ambíguo, como são concebidos alguns homossexuais masculinos e femininos, cujas identidades são opostas ao seu sexo anatômico.

Porém, a idéia do corpo na formação de nossa identidade, não é tão nova assim. Autores como Costa (1995), Almeida (1995), Foucault (1988), Ussel (1980), Birman (1997), Giddens (1993), vão reiterar que era através da **anatomia do corpo** que as diferenças entre homens e mulheres eram demarcadas no período vitoriano, estabelecendo um mecanismo de repressão através da distinção anatômica entre os sexos.

Ao mesmo tempo, a concepção do corpo vai criar um sentido de propriedade privada, conforme esclarece Birman (1997): “O corpo é uma *propriedade privada* do indivíduo que o contém, de maneira que nenhum outro pode dele legalmente se apossar do jeito que quiser, e bem entenda, sem a prévia autorização do seu dono. Fazer isso implicaria, pois, em trans-

5. Apesar de utilizarmos indiscriminadamente o termo homossexual, achamos preferível o termo homoerótico à homossexual, pelos motivos defendidos por Costa (1992. 1995). Em breves palavras, segundo o autor, o termo homoerótico é uma noção mais flexível e descreve melhor a pluralidade das práticas ou desejos dos homens e mulheres *.same-sex-oriented*.

gredir uma relação de propriedade, já que o corpo seria a filosofia política de Locke a propriedade originária da individualidade, isto é, o seu território inicial de domínio sobre o mundo. Vale dizer, aquele pode não ser possuidor de qualquer outra propriedade no espaço social, mas com certeza ele possui pelo menos *uma* que lhe é inviolável: o *seu* corpo. Ser dele possuidor, delinea, pois, o campo da individualidade para o sujeito propriamente dito e, além disso, a sua *privacidade*” [grifos do autor] (p. 212).

Por conta disso, o Estado necessita criar e manter leis que punam aqueles que atentam contra a vida e a individualidade do cidadão, veja-se, por exemplo, as leis criadas contra homicídio e violência contra a mulher. Mas é preciso verificar como a sociedade vai criar as concepções acerca do corpo, dos papéis identitários do homem, da mulher e principalmente acerca de “um discurso *sobre a sexualidade* e um discurso *da sexualidade*. É assim que a linguagem do corpo cria um consentimento vivido e cumpre uma das funções do pensamento que não é só explicar mas também convencer (grifos meu)” (Godelier citado por Almeida, 1995, p. 138).

É interessante que a imagem formulada em torno do corpo, possibilita também ao sujeito criar um conceito próprio da sua sexualidade, da sua masculinidade, da sua feminilidade, ou até mesmo de ambos. Foi o que Giddens (1993) denominou de **auto-identidade**, como constituinte da nossa sexualidade. É o reconhecimento de si que se afirma enquanto representação social e sexual que a auto-identidade revivifica em nós. Quando o sujeito tem consciência de si, do seu corpo e de sua identidade sexual, certamente o encontraremos menos infeliz, menos neurótico. Mas insistimos em ser esta uma construção não tão fácil assim, sobretudo na diversidade de cultura que a nossa sociedade possui. Ou seja, o que pode ser considerado normal no Amazonas, pode não ser considerado normal por uma cidade do interior de São Paulo ou do Rio Grande do Sul, e certamente não será considerado normal por grande parte das cidades do Nordeste.

“Observamos que os sujeitos podem exercer sua sexualidade de diferentes formas, eles podem “viver seus desejos e prazeres corporais” de muitos modos. Suas identidades sexuais se constituíam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros(as) do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros(as). Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos e femininos e assim constróem suas identidades de gênero. É evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente interrelacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito freqüentemente as confundem tornando difícil pensá-las distintivamente. (...) O que importa aqui

considerar é que - tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade - as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento” (Louro, 1997, p. 26-27).

A construção das identidades sexuais dar-se-á, portanto, nesta dinâmica psíquica das relações que um indivíduo mantém com pessoas do sexo oposto ou do mesmo sexo, e que, segundo a norma moral e sexual burguesa vigente desde do século XVIII, serão concebidos como hetero ou homossexuais.

Assim como não postulamos uma identidade de gênero fixa, também não concebemos a identidade sexual como fechada em si mesma. Segundo Louro (1997), “não é possível fixar um momento - seja este o nascimento, a adolescência, ou a maturidade - que possa ser tomado com aquele em que a identidade sexual e/ou identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se construindo, elas são instáveis, e, portanto, passíveis de transformação” (p. 27).

Ao acreditarmos que existe um movimento contínuo no que concerne às identidades sexuais, também temos que postular que não há uma identidade mais ou menos normal, como também não podemos pensar, por mais que a cultura sempre reafirme, uma primazia da heterossexualidade como normal e constitutivos do homem e da mulher.

“Nenhuma identidade sexual - mesmo a mais normativa - é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um construto instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada.” (Britzman, 1996, citado por Louro, 1997, p. 27)

Nesta perspectiva, não deve haver um **fechamento identitário** como querem pensar alguns, relegando uma heterossexualidade normal ou uma homo ou bissexualidade anormal. O que existe é uma pluralidade de identificações intersubjetivas as quais predispõe o sujeito a buscar sua felicidade, seu prazer e seu bem-estar com o sujeito que melhor o(a) realize. Acreditamos, pois, que vai ser a partir do que a ciência ponderou chamar de normalidade e anormalidade, de certo e errado, que infligimos ao sujeito o seu sofrimento psíquico e sexual.

Nas palavras de Almeida (1995), essa relação entre normalidade e anormalidade, heterossexualidade e homossexualidade são resquícios do pensamento vitoriano, onde o poder de “naturalizar” o sexo agiu fortemente em três áreas distintas: “A das características do sexo em si; a que

privilegiou teórica e socialmente a heterossexualidade e a que descreveu e categorizou as variações sexuais, com ênfase na homossexualidade. Duas grandes polaridades - entre homens e mulheres, e entre sexualidade normal e anormal - passaram a dominar o pensamento social. O comportamento de gênero foi definido em relação as práticas sexuais corretas: ser um homem normal é ser um heterossexual. A divisória fundamental durante a maior parte da era Cristã tinha sido diferentemente, entre a sexualidade reprodutiva e a não reprodutiva” (Almeida, 1995, p. 90).

Em nossa cultura alienante, condicionamo-nos a compreender a heterossexualidade no homem e na mulher, como única realidade possível e desejável da moral sexual contemporânea. Por outro lado, o conceito de normalidade e anormalidade⁶ como resultante de nossas identidades sexuais tem sido duramente criticado, conforme atestam os trabalhos de COSTA (1992, 1995).

A heterossexualidade, portanto, vai ser mais aceita, enquanto que qualquer outro desejo manifesto, seja ele da ordem afetivo e/ou sexual por indivíduos do mesmo sexo ou de ambos, será alvo de severas críticas, mesmo que a moral social contemporânea diga o contrário.

Nossas identidades sexuais, pensadas unicamente como hetero, homo ou bissexuais, são identidades às quais não se encerram em si mesmas, nem muito menos dependem de um traço característico de gênero que o predisponha como completa.

Em nossa sociedade e em nossa cultura, o caminho historicamente percorrido na constituição de nossa identidade sexual e de gênero, foi aquele que condicionou o **“fechamento identitário”** referido por Ropa (1994): no caso do homem, ao nascer (sexo biológico - macho), será educado para adquirir uma identidade masculina (identidade de gênero), caminhando finalmente para constituição de uma identidade sexual heterossexual; no caso da mulher, ao nascer (sexo biológico - fêmea), será “educada” para adquirir uma identidade feminina (identidade de gênero), caminhando finalmente para a constituição de uma identidade sexual heterossexual.

Aprendemos a conviver “pacificamente” dentro desta ordem, e não possibilitamos as possíveis intercalações dessa complicada rede constitutivas das identidades do sujeito.

6. Veja também. como o sentido de normalidade e anormalidade. normal e patológico, foi desenvolvido por Cangnilbem (1990).

A masculinidade no homem e a feminilidade na mulher, não são, em si mesmas, únicas possibilidade na constituição de suas subjetividades, nem dependem exclusivamente do sexo biológico a que cada uma pertence. Para alguns homens, por exemplo, a masculinidade precisa literalmente ser conquistada, a custo de sofrimento psíquico e narcísico, tendo que ser colocado à prova. A exemplo disso, temos os Berdaches, os Sâmbia, os Baruya, entre outras populações de tribos Africanas e da Papua - Nova Guiné, que nos foram apresentadas através de estudos etnográficos, atestando a necessidade de uma conquista, sobretudo masculina, para os homens dessas tribos, conforme Badinter (1986, 1993), Costa (1992, 1995), Spencer (1996), Fry & Macrae (1985), Liebert (1989). Nestas tribos, existem rituais de masculinização dos homens que vão desde infligir dor ao corpo, até práticas sexuais consideradas, por nós, como homoeróticas, mas sem que para isso, haja perda da sua masculinidade. Pelo contrário, são através desses rituais que se chega à sua conquista, assim como também, se chega a alcançar, em nosso vocabulário, a heterossexualidade. Esses homens, após passarem por duras provas de conquista da masculinidade, voltam para suas aldeias, tornam-se guerreiros, casando-se e tendo filhos com suas mulheres.

Da mesma forma, a nossa cultura promove alguns rituais de conquista da masculinidade. Para alguns homens a frase **“prove que você é homem!”**, é muito mais do que um teste de fogo, e um porto nem tão seguro assim. As provas vão também desde testes físicos ou psicológicos, passando por rituais de passagem. O exército em nossa cultura, assim como a iniciação sexual em prostíbulos, ainda hoje torna-se um ritual de aquisição da masculinidade e da virilidade, de certa forma, do jovem adolescente masculino para o mundo adulto. A masculinidade sugere, assim, um “status” que pode ser perdido, e portanto, precisa ser constantemente colocado à prova. Enquanto isso, seu oposto, a feminilidade, torna-se herdeira pacífica e absoluta das mulheres, sem necessidade de “provas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos, pois, que num futuro próximo, possamos ser capaz de descrever-nos e redescrever-nos tantas vezes quanto seja possível, independente da nossa identidade de gênero ou sexual, sem que isto seja uma espécie de prisão sem fuga, e que dela dependa nossa cidadania e nossa felicidade psíquica.

A possibilidade de inúmeras descrições do sujeito, pode promover acordos intersubjetivos em nossa relação com o outro e com nós mesmos, entendendo o mais longe possível a referência do nós, a reconhecendo como *um de nós* um número cada vez maior de pessoas.

Seguindo essa lógica, o corpo, o gênero, o sexo, seriam todas frágeis figuras que promoveriam o conflito identitário por nós referido no início deste artigo, de um mundo que ainda não aprendeu o real significado do que é ser sujeito. Compreendemos que a melhor saída seria a descrição de si e do sujeito, conforme o ideal de auto-enriquecimento proposto por Rorty (1991, citado por Costa, 1994) que afirmaria: não pergunte o que é ser masculino ou feminino, nem como posso me descrever melhor enquanto homem ou mulher, e sim, pergunte-me como posso me descrever de modo a buscar formas mais belas e harmônicas de vida, ou seja, a possibilidade de criarmos diferentes modos singulares de subjetivação, de descrição de si mesmo, tantas vezes quanto seja possível, na diversidade histórica, social e cultural em que vivemos. Quem sabe se esta não será uma tarefa para os nossos contemporâneos, em um milênio que se inicia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, Miguel Vale de (1995). *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.
2. ARENDT, Hannah (1981). *A condição humana*. São Paulo: Forense Universitária - Salamandra consultoria Editorial/Edusp.
3. BADINTER, Elisabeth (1986). *Um é o outro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
4. _____. (1993). XY: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
5. BEZERRA JR., Benilton (1982). *A noção de indivíduo: reflexão sobre um implícito pouco pensado*. Dissertação de Mestrado. IMS/UERJ.
6. BIRMAN, Joel (1997). Fazendo acontecer o sublime? Sobre o erotismo e a violência sexual na atualidade In *Templo psicanalítico - Psicanálise e cultura*. Rio de Janeiro, v. 29, pp. 211-235.
7. CANGUILHEM, Georges (1990). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
8. COSTA, Jurandir Freire (1989). *Psicanálise e contexto cultural: imaginário psicanalítico, grupos e psicoterapias*. Rio de Janeiro: Campus.
9. _____. (1992). *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
10. _____. (1995). *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta.

11. COSTA, Jurandir Freire (org.) (1994). *Redescrições da psicanálise: ensaios pragmáticos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
12. FOUCAULT, Michel (1988). *A história da sexualidade III - O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal.
13. FREUD, Sigmund [1930(1929)/1969]. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago. Ed. Standart Brasileira. Obras Completas. vol. XXI, pp. 75171.
14. FRY, Peter & MACRAE, Edward (1985). *O que é homossexualidade?* São Paulo: Abril Cultural & Ed. Brasiliense.
15. GIDDENS, Anthony (1993). *A transformação da intimidade: sexo, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP.
16. GRÉMAUX, René (1995). Mulheres masculinizadas dos Balcãs. In BREMMER, Jean (org.). *De Safo a Sade: momentos da história da sexualidade*. Campinas/SP: Papirus.
17. KEHL, Maria Rita (1996). *A mínima diferença: masculino e feminino na cultura*. Rio de Janeiro: Imago.
18. LIEBERT, Roberto S. (1989). A história da homossexualidade masculina na Grécia Antiga até a Resnascença: implicações para a teoria psicanalítica. In FOGEL, Gerald L.; LANE, Frederick M. & LIEBERT, Robert S. (orgs.) (1989). *Psicologia masculina - Novas perspectivas psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
19. LOURO, Guacira Lopes (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
20. OLIVEIRA, Lázaro Sanches (1983). *Masculinidade, feminilidade e androginia*. Rio de Janeiro: Anchiomé.
21. RODRIGUES JR., Oswald M. (1996). *Identidade masculina: paradoxos na sexualidade*. In Revista Brasileira de Sexualidade Humana, nº 07, Edição Especial, 1996, pp. 84-93.
22. ROPA, Daniela (1994). "Ela é... o que você quiser". In COSTA, Jurandir Freire (org.) (1994). *Redescrições da psicanálise: ensaios pragmáticos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
23. SILVA, Sergio Gomes da (1997). *Preconceito no Brasil contemporâneo (O caso Zumbi dos Palmares)*. Em Resumos de Comunicação Científica do XXVI Congresso Interamericano de Psicologia. São Paulo, SP, de 06 a 11 de julho. p. 289.
24. SPENCER, Collin (1996). *Homossexualidade: uma história*. Rio de Janeiro: Record. STOLLER, Robert (1993). *Masculinidade e feminilidade: apresentações de gênero*. Porto Alegre: Artes Médicas.
25. TRAUMANN, Thomas. *John e Joan*. Revista Veja, 26 de março de 1997, p. 69.
26. USSEL, Jos Van (1980). *Repressão sexual*. Rio de Janeiro: Campus.